



Revista Latinoamericana de Psicopatologia
Fundamental

ISSN: 1415-4714

psicopatologiafundamental@uol.com.br

Associação Universitária de Pesquisa em
Psicopatologia Fundamental
Brasil

Tosta Berlinck, Manoel; Koltai, Caterina; Canongia, Ana Irene

Esquizofrenia e miscigenação

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. IV, núm. 4, diciembre, 2001, pp. 11-29

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017674002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Esquizofrenia e miscigenação*

Manoel Tosta Berlinck
Caterina Koltai
Ana Irene Canongia

Este trabalho, realizado no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, relata o caso de Pedro, jovem poliglota que acabou desenvolvendo, não se sabe desde quando, uma língua própria terminando por provocar um certo sofrimento. Descreve, em seguida, o procedimento psicoterapêutico adotado e algumas implicações metapsicológicas daí decorrentes. Estabelece, finalmente, uma relação íntima e complexa entre o pathos e a cultura.

Palavras-chave: Esquizofrenia, miscigenação, psicoterapia, psicopatologia

* Este trabalho foi escrito no âmbito do Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e contou com a leitura e comentários de Moisés Rodrigues da Silva Jr., Luis Cláudio Mendonça Figueiredo, Vera Lopes Besset, Oscar Míguez, Miriam Chnaiderman e Plínio Prado, colaboradores generosos, a quem somos muito gratos.

*... a civilização se baseia nas repressões efetuadas
por gerações anteriores e se exige de cada
nova geração que mantenha essa civilização
efetuando as mesmas repressões.*

Sigmund Freud, “A história do movimento psicanalítico”

Pedro procurou-me porque estava se sentindo agitado, angustiado, inquieto, com insônia. Tratava-se de um jovem poliglota, de seus vinte e poucos anos – vendedor e, nas horas vagas, professor de línguas estrangeiras –, revelando grande orgulho de poder falar numerosos idiomas. E, de fato, exibia essa qualidade de maneira tão intensa e sistemática que acabou desenvolvendo, não se sabe desde quando, uma língua própria. Cada frase que pronunciava era composta por palavras de diferentes idiomas. Descobrimos a origem lingüística de seu interlocutor, inseria sempre uma palavra dessa língua nas frases que pronunciava e freqüentemente, depois de pronunciar frase composta por palavras provenientes de um vasto estoque de línguas – inglês, francês, espanhol, holandês, russo, alemão, iídiche, japonês, coreano, tupi-guarani, yorubá, latim, grego e, evidentemente, português – traduzia uma ou duas das palavras estrangeiras para a língua de origem do interlocutor, demonstrando, ao mesmo tempo, uma enorme satisfação. Estava convencido de que assim reconhecia o semelhante e, imediatamente, voltava-se para sua complexa operação lingüística acabando por produzir, entretanto, crescente irritação e terminando por criar um verdadeiro rechaço em seus interlocutores, pois, como escreve Blanchot (2001),

... quando dois homens falam juntos, eles não falam juntos, mas cada um por sua vez; um diz algo, depois pára, o outro outra coisa (ou a mesma coisa), depois pára. O discurso coerente que veiculam é

composto de seqüências que, quando elas trocam de parceiro, interrompem-se, mesmo se elas se ajustam para se corresponder. O fato da palavra precisar passar de um para o outro, seja para ser confirmada, contestada, ou desenvolvida, mostra a necessidade do intervalo. O poder de falar se interrompe, e esta interrupção tem um papel que parece subalterno, aquele, precisamente, de uma alternância subordinada, papel, entretanto, tão enigmático que ele pode ser interpretado como carregando o próprio enigma da linguagem: pausa entre as frases, pausa entre os interlocutores e pausa atenta, a do entendimento que duplica a potência de locução”.

Nada disso, entretanto, ocorria com Pedro quando falava junto com alguém. Quando se dirigia a mim, por exemplo, sempre dava um jeito de colocar uma ou duas palavras alemãs em sua frase olhando-me brevemente com olhos cúmplices. Supunha, assim, não que eu falasse alemão, mas que minha origem, minha posição no mundo, fosse a mesma da língua alemã representada por uma única palavra e acreditava estar realizando um reconhecimento de minha existência. Em seguida, porém, retomava o discurso miscigenado que caracterizava sua língua singular. Não ocorria, no discurso pronunciado, um lapso, um enganar-se ao falar. Havia, isso sim, um malogro da própria fala. Pedro *desfalava*, ou melhor, pronunciava uma fala predominantemente delirante (Maldiney, 2000). Inicialmente, Pedro ignorou completamente a reação negativa suscitada pela paixão por sua própria língua, acreditando estar sendo perfeitamente compreendido e admirado. Mas foi se agitando, angustiando e ficando inquieto, pois de alguma forma notou o incompreensível desagrado dos outros.

É muito difícil iniciar uma psicoterapia quando o paciente atribui aos outros as razões de seu sofrimento. No caso de Pedro, foi necessário dizer-lhe que os outros eram certamente culpados, porém o sofrimento era dele e, talvez, fosse interessante explorarmos juntos os motivos dessa bizarra situação.

Logo, contudo, foi ficando claro seu desinteresse em se comunicar com os interlocutores. O espaço/tempo ocupado por estes na fala do paciente era extremamente exíguo: uma palavra, um olhar cúmplice. É sabido que o outro ocupa espaço/tempo limitado na fala, onde ocorre sempre um deslocamento para outros objetos. Mas, neste paciente, era muito difícil perceber os brevíssimos momentos onde o interlocutor se fazia presente. Toda sua energia e atenção estavam voltadas para a possibilidade de alinhar, de justapor palavras de diferentes línguas em simulacro de frases dando a impressão de estar construindo língua exótica, mas compreensível para seus interlocutores. Entretanto, nada disso ocorria, pois em suas frases palavras em línguas estrangeiras eram freqüentemente desconhecidas até por ele mesmo. Foi possível descobrir, assim, logo no início do tratamento, que palavras em línguas estrangeiras reunidas em sua língua singular eram coletadas em suas andanças pela metrópole. Circulando constantemente pelo espaço urbano, “conversando” com muita gente, consumidores em potencial do produto que vendia, Pedro escutava uma verdadeira Babel. A cidade habitada por ele era, de fato, poliglota, espaço onde são

faladas numerosas línguas estrangeiras. Mas se o espaço urbano é organizado, havendo uma relativa segregação das diferentes línguas, concentrando-se homogeneamente em determinados nichos ecológicos, também é habitado por uma língua comum permitindo a interlocução entre estrangeiros. A vivência de Pedro, porém, não era essa. Não havia, nessa cidade, uma língua comum à qual ele pudesse aderir. A questão que se colocava era, então, a do significante (Nogueira Filho, 1998). Uma única palavra, como se sabe, a partir de Saussure e, depois, de Lacan, não é suficiente para constituir um significante. Este, para se manifestar, requer um sentido, uma sucessão de palavras que, em sua polissemia, produzem significação. A língua de Pedro não era polissêmica, era babélica. A metrópole representada no seu psiquismo era, então, completamente sem sentido, e as línguas aí faladas, reduzidas a palavras representativas, justapunham-se aleatoriamente constituindo uma nova língua representante desse sem sentido vivido por ele.

Com seu sintoma, Pedro reduzia radicalmente a vida comunitária efetuando uma paradoxal operação de isolamento com a língua. Mas ele não estava morto, ou seja, não se encontrava inscrito em limites que não eram propriamente seus. O morto não coloca limites transgredindo-os, e tampouco os nega ao colocá-los, como faz precisamente o vivente. Pedro encontrava-se presente em nosso espaço comum por seu automovimento lingüístico e por suas tensões motoras. Vivente, ele habitava não só o espaço da metrópole, mas principalmente o de sua psicoterapia. Mesmo imóvel (o que raramente ocorria dada a paixão pela própria língua), seu corpo apresentava um gradiente de abertura e um quociente de profundidade. Pedro não jazia em sua própria e singular língua, pois alguém que jaz, amontoado em si próprio, alojado no espaço, aí se encontra como que incrustado. Essa inércia, essa construção, induz, por ressonância, naqueles tocados por esse aspecto, uma diminuição da motricidade, um rebaixamento do tom, que podem chegar até à inanição – que, por vezes, manifesta-se nos velórios por alucinações de movimento (Maldiney, 2000). Ao contrário, a sensação transmitida para dentro de seu psicoterapeuta era a de proteção de um excesso de exposição, de um vivido impregnado de estrangeiros impossíveis de serem integrados e suportados. O sintoma expresso por Pedro, aproximando-o de uma esquizofrenia, encontrava evidente apoio na realidade vivida por ele, mas também, de alguma forma, reconhecida pelos habitantes da metrópole. Igualmente estes percebem, com frequência, um sem sentido na grande cidade onde habitam e formulam esta convicção pela radical sensação de se sentirem estrangeiros em sua própria casa. Moradores da cidade grande expressam freqüentemente o desejo de “ir morar em outra, mais humana, menos massacrante, onde as pessoas têm tempo para se encontrar e conversar sobre a vida e as coisas”.

Percebe-se, então, tanto na fala de Pedro como na dos que o cercam, uma ausência de padrão, de critério, diferenciando os autóctones dos estrangeiros se expressando na língua. Não há, nessa grande cidade habitada por Pedro, uma ideologia

hegemônica, um padrão de pureza, como freqüentemente ocorre em outras grandes cidades. Nestas, por mais que acolham uma significativa população de estrangeiros, há uma compartilhada convicção clara e precisa a respeito de quem são os autóctones, “os fundados na cidade” e os estrangeiros. Em Buenos Aires, o portenho, além de ser branco e descendente de europeu, dança tango, conhece o lunfardo, torce pelo Boca ou pelo River, sendo, assim, um autóctone. Em São Paulo, por sua vez, se diz que o paulistano (o nascido na cidade, o autóctone, o aí fundado) é um bicho muito raro e que é paulistano o que aí mora há mais, digamos, de cinco anos. Essa indeterminação do habitante-padrão e a muito grande porosidade étnica e lingüística, se não estimulam, pelo menos facilitam a manifestação do sintoma de Pedro.

Creio ter sido dessa maneira que ocorreu a idéia de que ele havia inventado uma língua própria, procurando articular, numa única rede significativa, as numerosas expressões provenientes de diferentes línguas pronunciadas no espaço urbano tentando criar um “paulistano”, já que o autóctone, o habitante-padrão, é raro e desconhecido. Evidencia-se, aqui, uma certa funcionalidade do sintoma. Ele se organiza e se expressa como representação singular da realidade. Um vendedor poliglota na metrópole habitada por muitos estrangeiros, sem critérios precisos de pureza em relação aos quais estaria referida uma língua única para todos, teria evidentes possibilidades de ser bem-sucedido falando as diferentes línguas aí pronunciadas. Mas reunir palavras dessas línguas numa única língua foi uma solução radical, pática, apaixonada, produzindo um fracasso, principalmente tendo-se em vista a natureza narcisista dessa manifestação. O limitado espaço concedido ao outro impedia a liberdade própria da significação, deparando-o com uma língua carregada de estrangeirismos incompreensíveis.

Foi possível também descobrir, mais tarde, que Pedro se empenhava em articular as diferentes línguas numa única para colmatar a intensa sensação de fragmentação vivenciada em seu próprio corpo, nas suas andanças pela metrópole. Circular constantemente pelo espaço vendendo suas mercadorias e ouvindo multitude de línguas acabou por desencadear a fragmentação corporal vivida por Pedro, só Deus sabe desde quando. Ele tinha fortes sensações internas de desorganização, de desorientação, sem saber direito onde estava na cidade, a não ser pela língua falada. Assim, descobria estar nos judeus quando ouvia ídiche, nos coreanos quando ouvia os oriundos da Coréia, e assim por diante, revelando a ausência de um corpo próprio organizado. Justapor o que estava separado e segregado no espaço urbano correspondia à tentativa de constituição de um organismo, ou seja, um corpo estruturado e organizado. Mas, empenhado cada vez mais intensamente nesse constante trabalho de construção e reconstrução lingüístico/corporal, Pedro encontrava-se inteiramente ocupado, não sobrando tempo nem disponibilidade libidinal para estabelecer, por via da mesma língua construída constantemente por ele, contatos com outros revelando-se a impossibilidade da existência de um si mesmo.

Tentando apaixonadamente integrar numa única língua todas aquelas ouvidas, foi produzindo uma exótica língua que, paradoxalmente, o isolava do mundo já que esta foi feita tendo em vista o outro em nós. Sem conseguir estabelecer contatos significantes, foi perdendo interlocutores irritados com a sua exótica maneira de falar.

Os conhecidos e familiares, não compreendendo a língua de Pedro, também foram se afastando. Mas ele não reconhecia sua solidão – sentimento que nos retira, muitas vezes, de nosso narcisismo – e prosseguia apaixonadamente a falar cada vez mais sua própria e singular língua. Ao contrário, visto muitas vezes com curiosidade e estranheza pelos outros atraídos pelo exotismo de seu falar, Pedro sentia-se muito atraente e fascinante, o centro das atenções, exibindo toda sua potência. Havia, assim, uma certa mania nesse paciente.

Ao contrário dos autistas, que exibem um isolamento radical no silêncio, no monótono e repetitivo movimento corporal e no pronunciamento de palavras e frases que não são reconhecidas como próprias pelos outros, Pedro “falava”, dirigindo-se a “outros”, mas, rapidamente, estes percebiam estar completamente excluídos de seu universo semântico, pois reconheciam ser impossível apreender, compreender ou, até mesmo, imaginar a inserção nesse universo singular.

A distinção entre autismo e esquizofrenia torna-se, com este caso, mais clara (Berlinck, 2000). Enquanto no primeiro o objeto psíquico não se constitui como tal, não recebendo um investimento capaz de constituir a pulsão, conceito-limite, como diz Freud, entre o biológico e o psíquico, no caso de Pedro as palavras são objetos altamente investidos. Entretanto, elas não servem para estabelecer uma possível relação com o outro, relação sempre de natureza erótica. Servem, ao contrário, como elementos de um interminável trabalho de defesa onde se busca juntar aquilo que se encontra irremediavelmente separado por sua radical “outridade”. No autismo, as “coisas” psíquicas, imagens e sensações, não estão ligadas pela energia vital originada no corpo biológico e flutuam livremente nessa organização narcísica do vazio denominada psiquismo. Na psicose, a libido completa o seu circuito constituindo a pulsão. Mas os objetos possuem a finalidade de assegurar a possibilidade de uma integridade narcísica que fracassa repetidamente produzindo angústia e delírio. O autismo é um auto-erotismo sem Eros. Na esquizofrenia, Eros não consegue ligar as partes do corpo numa totalidade e fica, permanentemente, empenhado nessa tentativa de articulação. A esquizofrenia testemunha, assim, o fracasso do auto-erotismo.

Rapidamente tentei contar para Pedro sobre minha exclusão de seu universo semântico. Porém, percebi imediatamente estar, como todos os seus interlocutores, radicalmente excluído significativamente e, portanto, impossibilitado de me comunicar diretamente com ele. A partir do intenso sentimento de solidão na presença desse homem isolado em um mundo interno próprio, revelando um constante esforço de comunicação, lembrei-me, então, dos ensinamentos proporcionados por Maurício Silveira Garrote (1999), no Laboratório de Psicopatologia Fundamental da PUC-SP,

sobre a psicoterapia psicanalítica com esquizofrênicos e decidi, diante de Pedro, realizar uma retirada psíquica estratégica e manter-me em silêncio escutando não mais o dito por ele, mas observando as sensações corporais, as fantasias, os devaneios e sonhos produzidos em mim enquanto ele falava na sua língua sem outro, na esperança de um dia encontrar um corpo unificado onde pudesse me introduzir sem provocar imediata desintegração. Este recurso técnico não serve na psicoterapia de neuróticos onde a fala é para um outro. O neurótico dirige-se ao psicoterapeuta supondo-o sabedor daquilo que o faz sofrer e oferecendo, na própria fala, os elementos de escuta e interpretação, já que é aí, na palavra, onde o sujeito se manifesta. Na esquizofrenia, como o trabalho de fala está inteiramente voltado para um permanente esforço de integração corporal fracassada, ao psicoterapeuta cabe recolher-se e observar suas manifestações subjetivas, aquilo que brota em seu psiquismo, na esperança de encontrar, um dia, alguém a quem possa se dirigir. Esse alguém se constrói no psicoterapeuta por efeito da fala do paciente. Mas como esse alguém é irreconhecível pelo esquizofrênico, o terapeuta tem a sensação de ter inventado um personagem, de ter construído um caso ficcional no seu longo devaneio acompanhando a interminável fala do paciente. É, entretanto, essa construção ficcional que proporciona a possibilidade de uma intervenção psicoterapêutica. Na neurose, o corpo solicita significante. Na esquizofrenia, a palavra solicita um corpo.

Este procedimento não proporcionou, inicialmente, qualquer efeito na fala de Pedro. Porém, aos poucos, fui percebendo que quando dizia alguma coisa muito sucinta, nos brevíssimos intervalos que foram aos poucos se manifestando em sua fala, ele conseguia interromper o trabalho de fala e tentava estabelecer alguma relação com o dito por mim. Mas enquanto isso não ocorria, por muito tempo fiquei restrito ao meu silêncio habitado pelos objetos suscitados transferencialmente por Pedro em seu falar defensivo.

Assim, fui remetido à questão da miscigenação, ou seja, ao fato de Pedro descender de antepassados provenientes de múltiplas culturas européias e do Oriente Médio. Percebi, então, que, em seu comportamento um tanto esquizofrênico, Pedro também dava, com seu sintoma, testemunho de sua história, de sua ascendência e da inserção num mundo metropolitano globalizado. O *pathos*, afinal, constitui uma subjetividade, expressão de uma história singular e coletiva.

Assim como a língua de Pedro era miscigenada, ele próprio também descendia de cruzamentos interétnicos, de uma mestiçagem, justaposição de etnias, não sendo, diga-se de passagem, do que de mais se orgulhava.

Além disso, Pedro era brasileiro, um representante dessa cultura miscigenada e exótica, iniciada antes mesmo da própria descoberta do país, no imaginário europeu.

Fui, então, levado a pensar o significado das palavras “miscigenação” e “pureza” na cultura brasileira.

A invenção européia do Brasil, ocorrendo no âmbito do mercantilismo, contribuiu, também, para padronizar Portugal criando critérios de pureza que servissem para caracterizar os reinóis, eles mesmos miscigenados por mouros africanos. Como observa Gilberto Freyre (2001),

... durante oito séculos a Península Hispânica ou Ibérica foi dominada pelos africanos. Árabes e mouros deixaram ali traços de si mesmos. Ainda que alguns autores modernos, espanhóis e portugueses, como Unamuno, por exemplo, desejem a completa europeização da Espanha e Portugal, outros, como Ganivet, sustentam que é procurando o Sul, a África, que Portugal e Espanha encontram a chave de seu futuro e a explicação do seu *éthos*.

Esse processo de definição de uma ordem social pura, eminentemente européia, definindo a autoctonia, ocorre de numerosas maneiras.

Provavelmente a primeira, manifestando-se antes mesmo do início do processo colonizador, foi a construção de um imaginário projetado pelos descobridores no espaço entre a Europa e primeiro as Índias e, depois, a América. Antes mesmo do fim do século XV, há numerosas narrativas européias fabulosas sobre as Índias. Cristóvão Colombo, rumando em direção à sua descoberta, via monstros marinhos, pois seria o fabuloso que iria provar a verdade de seus descobrimentos, ou seja, as Índias descritas por outros viajantes, como uma terra plena de fabuloso. Claude Kappler (1993) observa que as relações entre a objetividade e o fabuloso atingem, no relato de Cristóvão Colombo, um raro grau de complexidade e sutileza. “Mesmo sabendo desmistificar sua viagem quando ela é descrita ‘ao vivo’, Colombo é impelido (exatamente por seu erro, porquanto ele crê e quer estar nas Índias) a sobrepor à realidade o fabuloso das narrativas anteriores, pois (coisa surpreendente) é o fabuloso que prova a verdade de seus descobrimentos”. E, mais adiante, acrescenta Kappler: “De fato, embora bastante contraditória, a atitude de Colombo o é menos do que parece: o fabuloso que ele pretende ter descoberto reside essencialmente nas riquezas reais ou virtuais das terras descobertas e no caráter edênico da generosa natureza daqueles climas. Se Colombo continua a empregar um termo tão vago quanto *fabuloso* para encobrir realidades precisas é porque precisa despertar em seus leitores (no caso, Fernando e Isabel ou seus principais protetores junto a estes) mais entusiasmo, para que estes lhe permitam empreender novas viagens. Ora, Colombo sente perfeitamente que a realidade é sempre menos sedutora do que o mito”. Fabulosa, também, em muitos aspectos é a carta escrita por Pero Vaz de Caminha aos reis de Portugal. Caminha “enxerga” na terra recém-descoberta verdades fabulosas que imaginava atraentes aos olhos de seus senhores. Mesmo muito depois da descoberta do Brasil, em pleno período colonial, os europeus aqui aportados continuam a fabular o Brasil, como nos revela A. d’Escragnolle-Taunay em *Monstros e monstregos do Brasil* (1998). Esses fabulosos seres eram descritos, quase

invariavelmente, como justaposições de animais ou vegetais de duas ou mais espécies produzindo uma evidente miscigenação, constituindo seres desconhecidos na Europa. Revela-se, dessa forma, a natureza exótica, fabulosa, da miscigenação na guarda mesmo das especificidades das metades produzindo um ser radicalmente desconhecido.

Mas a construção da pureza ibérica não termina aí. Prossegue, ao contrário, com o envio, para a colônia americana, de todo tipo de europeu que não se enquadrava nos ideais de pureza: *cristãos-novos*, prostitutas, criminosos de toda espécie, bruxas etc.

Esse complexo processo de purificação se manifestou de múltiplas maneiras, a partir do século XVI, adquirindo crescente visibilidade ao longo do tempo. Assim, como nota Laura de Mello e Souza (1993), “... a evangelização da Europa expulsara o demônio para terras distantes, da mesma forma como a intensificação do contato entre Oriente e Ocidente havia provocado a migração das humanidades monstruosas e fantásticas para a Índia, a Etiópia, a Escandinávia e, por fim, para a América”.

Esse purificador processo de expulsão do demônio adquire materialidade e especificidade com a significante figura do judeu. A Inquisição fora criada em Portugal no ano de 1536. No vasto rol de sentenciados, não resta dúvida de que, nos primeiros cinquenta anos de Inquisição portuguesa, a imensa maioria era composta de *cristãos-novos*, descendentes de judeus obrigados à conversão ao catolicismo no reinado de d. Manuel, em 1497. Parte destes residia já em Portugal havia séculos, mas outra boa parte vinha fugida da Espanha, vítima de igual medida de expulsão ou conversão decretada pelos reis católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela, no ano de 1492, o mesmo da descoberta da América por Cristóvão Colombo. Gozariam de alguma imunidade os *cristãos-novos* portugueses durante o reinado de d. Manuel, “o Venturoso”, mas ascendendo d. João III ao trono em 1521, seu destino se tornaria cada vez mais sombrio, culminando, após inúmeros percalços, na instalação do Santo Ofício.

O Brasil esteve, porém, relativamente a salvo do furor persecutório inquisitorial da segunda metade do século XVI e, não por acaso, muitas famílias *cristãos-novos* migraram para o Brasil exatamente após 1550, atuando decisivamente para a ocupação do litoral brasileiro. Não se deve esquecer, entretanto, que os *cristãos-novos* estiveram presentes desde o início da exploração econômica da Terra de Santa Cruz. Contudo, a corrente migratória data efetivamente do meado do século.

Espanha e Portugal, constituindo-se em Estados nacionais, buscavam sua identidade “pura”, ou seja, um padrão étnico, lingüístico e cultural que lhes proporcionasse a fantasia imaginária de uma integração identitária nacional. A expulsão dos mouros foi um primeiro movimento nessa direção. A construção de língua-padrão, tanto em Espanha como em Portugal, foi um outro importante movimento na direção da pureza. Data de 1536 – não por coincidência o ano de criação do Santo

Ofício – a primeira *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, obra que, se foi incipiente no gênero, continha bom conselho: “E não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens” (Vainfas, 1997). A corrente migratória para as colônias americanas recém-descobertas foi uma saída para o caminho em direção a uma identidade pura que, afinal, nunca foi plenamente realizada graças às marcas deixadas pelas invasões mouras e a miscigenação com populações do norte da África. Porém, é bom não esquecer que a pureza no resto da Europa muito deve à Espanha e a Portugal: estes nascentes Estados nacionais desempenharam, para os outros nascentes Estados nacionais europeus, a mesma função desempenhada, hoje, por Israel, diante da ameaça muçulmana ao Ocidente. Se, no século XVI, o demônio se mudou para o Novo Continente graças à cristianização mais homogênea do Velho Continente, ele para aqui veio encarnado. Por isso, a Inquisição se fazia necessária também na Colônia.

Só em 1591, com a visitação encabeçada pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, teve início a ação inquisitorial no Brasil. Antes disso, houve somente alguns casos singulares de prisões e processos instruídos no tempo em que o poder inquisitorial competia ao bispado criado na Bahia, em 1551.

Mas, como ainda observa Ronaldo Vainfas (1997), não se pense que a visitação ao Brasil possuía o objetivo fundamental ou exclusivo de perseguir os *cristãos-novos* abrigados no trópico. Os especialistas no estudo do Santo Ofício português observam que a década de 1590 marcou uma viragem na estratégia das visitas daquela Inquisição, que, se até então se concentrava na Metrópole, doravante se lançaria para o ultramar ampliando deveras o leque das heresias, passando a perseguir outros erros, além da heresia *judaizante*, sem dúvida a principal. Porém, no rastro do Concílio de Trento (1545-1563), marco institucional da Contra-reforma, as Inquisições passaram a se preocupar com o perigo protestante e a defender a pureza de dogmas e leis da Igreja de Roma: perseguir os que duvidavam da virgindade de Maria, os que afirmavam não haver pecado na fornicção, os que negavam existir o Purgatório, os que questionavam os sacramentos, os bígamos. Animados por uma política de prevenção contra o avanço da “heresia luterana”, os inquisidores acabariam movendo fortíssima campanha moralizante, processo controlador e adestrador de condutas individuais visando, evidentemente, a pureza tanto dos corpos como das almas. No limite, os inquisidores trariam para o seu foro delitos sexuais como a sodomia, a bestialidade e outros contatos sexuais assimilados a heresias, atos até então adstritos à justiça secular. Some-se a isso a tradicional perseguição à feitiçaria, coisa que em Portugal nunca foi forte, e aos mouriscos que secretamente seguiam o Islão, embora católicos batizados, e tem-se o novo e vasto quadro das transgressões em matéria de fé sob a guarda da Inquisição portuguesa no final do século XVI. A purificação portuguesa se orientava também para a colônia americana, mas aqui chegava enfraquecida, disposta a se “integrar” justapondo-se ao existente.

No Brasil, então, dado o vasto território, a escassez de mão-de-obra para a realização do projeto econômico extrativo e a própria política portuguesa de transformar a colônia num depósito de indesejáveis no reino, a eficácia da Inquisição foi muito relativa e circunscrita praticamente à Bahia e Pernambuco.

A constituição da pureza nos Estados nacionais na Europa foi se realizando, também, por um vasto programa de constituição da civilização em oposição, por um lado, ao barbarismo africano e, por outro, ao exotismo construído no Brasil com os restos indesejados da própria Europa. Esse complexo e paulatino processo civilizatório *sui generis*, acabando por constituir padrão para o europeu puro, passa por detalhados aspectos da sociabilidade, criando gestos e objetos, movimentos e trajes.

Afinal, não se deve esquecer que, a partir do final do século XVIII, pouco antes da revolução que convulsionou todo o mundo ocidental, a elite francesa adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social.

A historiadora Lília Moritz Schwarcz (1997) escreve:

... na corte, em nome da “etiqueta” e da “civildade”, começou-se a normatizar dos grandes aos pequenos detalhes da vida social cotidiana. O guardanapo substituiu o lenço durante as refeições; o garfo deixava, aos poucos, de ser utilizado exclusivamente para se tomar sopa – haja vista que as sopas na França eram naquele momento bem mais sólidas do que hoje em dia – e fazia as vezes das mãos no manuseio dos alimentos. Os pratos são trocados com maior regularidade (de preferência a cada novo serviço), e a faca é introduzida para cortar carnes previamente trinchadas, já que as unidades familiares tornam-se menores e o antigo hábito de trazer à mesa grandes pedaços de animal passa a lembrar o canibalismo: essa prática tão “oposta à civilização”. Além disso, estabelece-se de maneira mais precisa o uso da faca, em virtude de sua associação com a morte e o perigo que sugeriam, sempre, os atos pouco polidos e controlados. É também comum nesse contexto a reprimenda àqueles que insistiam em limpar os dentes com tal objeto cortante. “Tudo em nome da civilização”.

Mas – prossegue a historiadora – não eram só os hábitos à mesa que se transformavam. Também a fala da corte foi sendo modelada e regulada, na medida em que nesse espaço não havia lugar para a livre manifestação dos sentimentos e intenções. Ao contrário, as expressões mais corriqueiras passam por séria revisão e tornam-se matéria a ser oficializada, assim como se normatizam certas fórmulas na arte de cumprimentar ou de agradecer, manifestar apreço ou tristeza, congratulação ou pesar.

Em nome da “cortesia” alteravam-se, ainda, comportamentos sociais. Falar em tom moderado, não interromper ninguém, não se impor à conversação eram mais do que conselhos generosos: constituíam normas úteis e reveladoras de bons ou de maus comportamentos. Costumes hoje explicados de modo racional, por causa da higiene, nesse contexto eram justificados apenas em nome do “embaraço” ou, mais

precisamente, da “etiqueta”. Não parecia fino escarrar à mesa, assim como não era considerado polido limpar os dentes – na frente dos outros – com as próprias unhas. A “civilização” impunha novos hábitos à mesa, sobretudo na corte francesa, essa grande impulsionadora de moda, que fazia, de seus costumes, hábitos nacionais e, aos poucos, internacionais.

Na verdade, era a “etiqueta” que organizava tal teatro da corte, estabelecendo categorias claras que distinguiam os homens desse mundo do resto da multidão. Não só nas habitações, mas também no vestuário, nas expressões e nos gestos criavam-se e marcavam-se, de maneira visível, diferenciações sociais mais dificilmente perceptíveis nessas sociedades, em boa parte iletradas, de finais do século XVIII.

Prosseguia, dessa forma, a diferenciação que submetia os estados nacionais europeus desde o século XV e que afetou, de maneira indelével, o processo colonizador brasileiro. Tratava-se de se estabelecer sociedades bem delimitadas e bem caracterizadas quer por precisas definições territoriais, quer por características sociais “puras” em oposição a características “impuras” ou miscigenadas e exóticas que eram remetidas para as colônias.

É assim que a sociedade colonial brasileira se funda: como marco do desejo europeu de constituição de unidades nacionais com clara e precisa identidade. No Brasil, por sua vez, foi se constituindo uma sociedade outra e uma outra cultura, com o demônio e todos os santos à solta, mas, também, uma outra singularidade psíquica, como negativo do projeto de “pureza” e de “civilização” exatamente para assegurar o sonho europeu de “pureza” e de “civilização” que desemboca, afinal, no nazismo e na Segunda Guerra Mundial, já que é sempre bom lembrar que a pureza, ao contrário do preconceito, não suporta o outro, precisando imperativamente eliminá-lo. O europeu vai se constituindo como um homem sem preconceito porque é capaz de eliminar o outro em nome da pureza. Ao americano, por sua vez, só resta o preconceito ou a miscigenação. O primeiro é a garantia da existência do outro reduzido a um resto. Na segunda, o outro é reduzido a uma parte desse mim mesmo que nunca se define segundo um padrão. Aqui prevaleceu, até mesmo como concepção, mas, principalmente, como ação colonizadora, a “miscigenação” e o “exotismo”. Não há, pois, como se imaginar uma “identidade nacional” brasileira, a não ser como um sonho de intelectuais ou como enigma perseguindo os estudiosos do Brasil. A “identidade nacional” brasileira, ao contrário da européia, nunca se realiza a não ser como um mistério levando a ricos estudos de nossa gente e de nossa cultura.

Contudo, é preciso dizer, também, que esse processo de constituição do Brasil não ocorreu sem vacilações e sem oposição. É o mesmo Gilberto Freyre (2001), por exemplo, quem observa que

... não raro era o rei de Portugal ele mesmo quem protegia os judeus do seu reino contra a rigorosa observância das leis em vigor, leis inspiradas mais num ideal de pureza

religiosa do que de pureza racial. Esse ideal de pureza religiosa veio a ter considerável importância política na fundação e no desenvolvimento do Brasil como colônia politicamente católica ou ortodoxa de Portugal.

Assim é que houve tempo no Brasil em que, à chegada de navios, iam frades ao encontro dos passageiros vindos de fora, para saber não da sua nacionalidade, nem para verificar a ordem dos seus papéis ou examinar a sua saúde física, mas para indagar da sua saúde religiosa. Eram cristãos? De pais cristãos? E até que ponto ortodoxos? Como se fossem autoridades de imigração a serviço ao mesmo tempo do Estado e da Igreja, tais frades defendiam o país não de doenças contagiosas ou de criminosos, mas de infiéis e de hereges.

Observa-se nesta passagem escrita pelo autor de *Casa grande & senzala* uma reveladora metáfora sobre a pureza. Ela é necessária para estabelecer claros limites psíquicos e evitar a “invasão” de eventuais elementos nocivos capazes de afetar a saúde mental.

O complexo e multifacetado processo de miscigenação no Brasil, ocorrendo antes mesmo do início do processo colonizador, não significa, então, apenas o entrecruzamento das raças branca, negra e índia. Trata-se, mesmo, de um complexo processo de constituição de um psiquismo onde o padrão, tal como foi elaborado na Europa, é inexistente e onde os limites narcísicos são pouco claros, borrados, dificultando a discriminação entre eu e outro e permitindo a justaposição de partes. Isso não quer dizer, entretanto, que não haja eu no psiquismo do brasileiro. Quer dizer, simplesmente, que os limites do eu não se processam de acordo com um padrão de pureza distinguindo-se radicalmente do outro, mas pela justaposição do outro reduzido à parte.

Essa peculiaridade psíquica vai sendo construída de forma sutil e elaborada. Tome-se, por exemplo, a questão da constituição da língua falada e escrita no Brasil.

Ronaldo Vainfas e Juliana Beatriz de Souza (2000) notam:

Os jesuítas abandonaram o latim, língua sagrada, no ensinamento da doutrina, aprendendo a língua tupi, ensinando-a aos noviços da Companhia. José de Anchieta, que fora mestre de gramática latina no Colégio de Piratininga, compôs assim um valioso instrumento, *A arte de gramática da língua mais usada na Costa*, utilizada pelos padres já em 1555, mas só publicada quarenta anos depois, em Coimbra. Nascia, assim, a “língua geral”, com base no tupi, veículo de tradução lingüística e cultural do catolicismo para a cultura nativa. Foi com base na língua geral que se realizaram as confissões dos pecados e, mais tarde, se compuseram os próprios manuais de confissão brasílicos. Foi com base na mesma “língua geral” que se compuseram os *autos*, o teatro litúrgico em que se encenavam os dramas bíblicos, misturando-os aos fatos da cultura nativa, louvando-se o Cristo, os santos, a Virgem Maria, procurando assimilá-los, sempre que possível, aos heróis da mitologia tupinambá.

E, mais adiante, acrescentam os mesmos autores:

O catolicismo ensinado e dramatizado em “língua geral” e com base em imagens e significados extraídos da cultura nativa podia ter lá sua eficácia, mormente com os *culumins* – as crianças que, pela tenra idade, estavam em condições melhores de aprendizado. Tal método trazia, porém, grandes riscos, sobretudo o risco de que o catolicismo fosse assimilado à moda Tupi, canibalizado e devorado como repasto cerimonial.

A constituição da *língua geral* no Brasil abre mão do padrão lingüístico europeu: o latim. Este, como se sabe, foi, por muito tempo, assegurador não só de um intercâmbio generalizado, mas, principalmente, de uma unidade identitária. Saber falar e escrever o latim era sinal de cristandade e de ocidentalidade – civilização em oposição à barbárie e à selvageria. Abrindo mão do latim, os jesuítas visavam catequizar os indígenas. Mas, sem ter consciência das conseqüências desse ato, abrem mão de um padrão lingüístico e proporcionam a justaposição de palavras de diferentes línguas em uma única e nova língua.

Assim, a miscigenação ocorre, também, por um complexo processo de construção de uma língua que, sendo autóctone ou indígena, refere-se a objetos europeus. O próprio Deus dos cristãos é denominado “Tupã” e assim se dissolvem os significantes. A “língua geral” é, na verdade, um discurso, só na aparência indígena, pois seus referentes são todos outros, cristãos e europeus, para aqueles que a inventaram. Contudo, continua sendo, para o indígena, a sua própria língua, com os seus significantes já, agora, invadidos por outros significantes justapondo-se e produzindo a miscigenação. Afinal, Tupã é o Deus dos cristãos somente para o jesuíta falando a “língua geral”. Os da terra continuavam a crer que Tupã era o seu próprio deus. Mas, agora, Tupã é também o Deus dos cristãos. Termina, assim, um padrão lingüístico assegurado pelo latim e pelo tupi-guarani e se constitui uma outra língua, sem claros limites, sem pureza, justaposta. Eis aí, então, uma das principais características da miscigenação: a língua que se fala na Europa, e que é transplantada para o Brasil, contém significantes próprios da cultura européia. Essa mesma língua, falada pelos brasileiros no Brasil, não possui necessariamente os mesmos significantes, pois pode estar se referindo a um outro mundo de significações. Na Europa constituinte do século XVI, Deus era pronunciado em latim e sua significação era demarcada por Roma. No Brasil, Tupã, a partir da *língua geral* passa a ser, ao mesmo tempo, o Deus dos cristãos e a divindade indígena, parte cristã, parte tupinambá, sem se misturar, justapondo-se e constituindo nova entidade. O nome do Pai é, em si, justaposto e exótico, sem claro limite. O próprio processo de cristianização dos judeus, criando essa figura justaposta do *cristão-novo*, meio judeu, meio cristão, é revelador dessa nova representação do Pai miscigenado e exótico. Nesta nova circunstância, a regra não tem regra, é um sistema aberto cuja dinâmica se dá por justaposição exótica, ou seja, por miscigenação.

Além disso, como a miscigenação está sempre ocorrendo, mesmo quando se faz apelo à pureza no Brasil, os critérios são diferentes, pois aquilo denominado de

pureza na Europa não contém possibilidade de representação na língua falada no Brasil. Assim, por exemplo, psicanalistas europeus observam, com frequência, como a psicanálise falada no Brasil desrespeita a pureza das diferentes “tradições psicanalíticas”. Observam também que, quando a pureza se torna uma preocupação dos psicanalistas brasileiros, não ocorre uma fala significativa, mas idéias fora de lugar.

A articulação entre a palavra, a imagem nela referida, e o próprio referente da palavra sofre brutal ruptura e abre-se espaço para a justaposição miscigenada das palavras.

O que se pretende realçar com estas referências históricas é que a miscigenação, realizada por diversos mecanismos sociais indo desde o canibalismo até a apropriação lingüística, pode, no limite, revelar um psiquismo com outra referência ao falo, semelhante à esquizofrenia, onde a constituição de um corpo próprio fica impossibilitada, ou seja, onde a constituição de uma “identidade” corporal e social, sempre referidas ao falo, representante universal do pênis, tornam-se inalcançáveis.

Além disso, como a invenção do Brasil se faz como negativo do ingente esforço europeu para encontrar a pureza, só resta a miscigenação, a impureza e o exotismo, vale dizer, um corpo fraturado/combinado e uma língua igualmente fraturada/combinada por partes juntadas e conservando suas marcas de origem. O mulato, um dos símbolos do Brasil, não é nem branco nem negro. Mas conserva tanto em seu psiquismo como em seu corpo as marcas dessas origens reunindo-se numa nova unidade justaposta sem, necessariamente, integrar-se nela. Dizer que o mulato é uma mistura de branco com negro é ignorar a impossibilidade dessa mistura. O mulato é, também, branco e negro e só na cor da pele apresenta uma integração. Em outras palavras, o mulato é herdeiro de dois mundos bastante distintos. Filho, neto ou bisneto de escravo é, também, filho, neto e bisneto de senhor branco. Como reunir, num único corpo, num único psiquismo, essas duas tradições contraditórias e antagônicas? Sabemos que o inconsciente ignora essas diferenças, pois desconhece a negação. Mas o psiquismo não é só o inconsciente. O narcisismo, por sua vez, ignora o outro. Entretanto o outro existe no psiquismo. O mulato é, assim, o ser fabuloso por excelência e é o símbolo do Brasil: miscigenado e exótico.

Pedro, por sua vez, não é uma combinação de europeu e árabe. Sendo miscigenado, é europeu e árabe num único corpo, num único psiquismo. Há, tanto no mulato como em Pedro, uma cisão constitutiva impedindo a realização de uma “identidade”, ou seja, de uma integração imaginária com base na pureza, como ocorreu na Europa durante os séculos XVI e XVII e prossegue até hoje.

Esta solução brasileira possui, entretanto, conseqüências precisando ser pensadas e elaboradas. Assim, por exemplo, a anexação do outro como parte integrando uma unidade fraturada e justaposta pode provocar, por sua vez, uma certa insuficiência imunológica psíquica onde os limites protetores do eu encontram-se sobremaneira enfraquecidos (Berlinck, 2000). Quando o eu encontra-se estruturado

tendo por base um ideal de pureza, tende para uma integridade protetora das eventuais invasões do outro. Nesta circunstância, como já foi observado, o outro tende a ser eliminado do espaço do eu. Quando, em contrapartida, o eu é concebido e idealizado como impuro ou sujeito à miscigenação, as invasões do outro como parte tornam-se freqüentes e poderosas, e a multiplicidade pode acabar por constituir um corpo “esquizofrenizado”.

Nesse sentido, o sintoma apresentado por Pedro também produzia irritação porque revelava aos seus interlocutores aquilo que estava recalcado, ou seja, a miscigenação e o exotismo da própria língua dita portuguesa. Em outras palavras, é evidente que o que se fala, hoje, no Brasil, é uma língua outra, um português miscigenado e exótico revelando uma representação corporal fragmentada, de limites indefinidos, incorporando permanentemente palavras oriundas de outros idiomas. A língua portuguesa sofre, com o brasileiro, de uma ausência de identidade, de falta de “pureza” e de excesso de exotismo. É por isso que, com certa freqüência, tenta-se impor, por vias políticas, reformas lingüísticas recuperando uma certa pureza inexistente.

Ora, este ambiente é suficientemente bom para a prática da esquizofrenia como é, também, para a prática daquilo que se denomina miscigenação. Esta, por sua vez, revela-se no discurso como uma língua composta de palavras de diferentes línguas, ainda que se reconheça que se está falando o português. A miscigenação mantém, portanto, uma sensação de integridade que é vivida como ilusória. Talvez seja por isso que se manifeste com tanta persistência a busca por uma identidade nacional no Brasil. Aquilo que na Europa é certeza, a pureza nacional, no Brasil se faz suspeita pela presença da diversidade e da miscigenação. Estamos constantemente diante de nossa própria fragmentação: somos brancos e somos negros e somos índios e somos *cristãos-novos* e somos católicos etc., e não temos como “exportar” ou, até mesmo, projetar no outro os aspectos indesejados de nosso caráter. Não temos, também, como eliminar o outro. Somos um fim-de-linha, somos as fabulosas Índias tão almejadas pelos europeus. Somos todos, afinal, heróis sem nenhum caráter. Estamos, assim como Pedro, sempre empenhados em encontrar uma língua que reúna os fragmentos estrangeiros entre si de nossa totalidade produzindo uma pureza própria da cultura européia já que, como Pedro, descendemos de europeus, somos europeus. Mas somos europeus justapostos com o indígena e o negro e o asiático e o mouro. Somos europeus miscigenados e exóticos. Somos, enfim, impossibilitados de pureza e condenados a uma interminável composição com o outro como parte.

Talvez seja por isso, também, que o Brasil nunca conseguiu se ver livre dos indesejáveis: nós somos os indesejáveis de nós mesmos. Compreende-se, assim, que se diga: “Este país não presta”. De fato, expressamos, com esta frase, o imaginário inconsciente europeu para quem só o puro presta. Ser miscigenado implica, então,

ser fragmentado, ser composto por diversos sem que ocorra uma integração pura e sem que haja um recurso ao padrão, à norma que asseguraria um traço unitário.

Depois dessa longa divagação sobre a miscigenação e a pureza, tive a nítida sensação de ter construído um caso clínico. Havia, finalmente, produzido alguém, inclusive com um aparelho psíquico específico, diferente do europeu. Consegui, então, falar para Pedro que ele estava me dizendo não conseguir ser brasileiro apesar de ter nascido aqui, pois ser brasileiro é mesmo muito difícil, talvez impossível. Mas que ele não conseguia, também, ser europeu ou árabe e, assim, se encontrava vagando por terras de estrangeiros sem nunca encontrar o seu próprio lugar. Ele respondeu a esta intervenção com o primeiro silêncio não de vazio, de afrontamento e de desmentido da lei, mas de descanso, porque houve a possibilidade de “desacelerar” o mecanismo de defesa que era a “verborragia miscigenada” levando-o incansavelmente ao neologismo, à dispersão lingüística, à reivindicação de algo próprio, de um lugar peculiar, bizarro.

A partir desta interpretação, sua psicoterapia tomou um outro rumo. A interpretação constituiu-se no que Maldiney (2000) denomina *acontecimento perturbador*, desestabilizando sem retorno a ancoragem que proporcionava uma estabilidade à posição ocupada por Pedro, que perdeu seu fundo. Sua existência não foi mais a mesma. O ser-no-mundo de Pedro foi perturbado e seu mundo não mudou apenas em seu horizonte, mas em seu fundamento. A interpretação assim entendida é uma catástrofe, ou seja, uma reviravolta produzindo um momento inaugural, um fundamento. O curso da evolução bem ordenada da língua singular de Pedro foi bruscamente interrompido, e instaurou-se uma nova situação. O encontro da interpretação com o corpo, vale dizer, o psiquismo de Pedro, produziu um afrontamento desmentindo a lei mesma da conservação da forma de sua língua. Diante disso, Pedro se viu na contingência de ter que produzir uma transformação constitutiva, ou simplesmente fazer desaparecer sua subjetividade.

Referências

- BERLINCK, Manoel Tosta. Autismo: paradigma do aparelho psíquico. In *Psicopatologia fundamental*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 93-109.
- _____. Insuficiência imunológica psíquica. In *Psicopatologia fundamental*. Op. cit. p. 179-191.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita – 1. A palavra plural*. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ver. Téc. Jean Robert Weissaupt. São Paulo: Escuta, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil*. In Omar Ribeiro Thomaz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GARROTE, Maurício Silveira. *De Pompéia aos sertões de Rosa: um percurso ao longo da clínica psicanalítica dos pacientes com diagnóstico de esquizofrenia*. São Paulo,

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

MALDINEY, Henri. Acontecimento e psicose. In *Natureza humana*, vol. II, nº 1, 2000, p. 167-207.

NOGUEIRA FILHO, Durval Mazzei. O significante. Uma contribuição ao pensamento psiquiátrico. In *Temas. Teoria e prática do psiquiatra*, vol. 28, nº 54-55, jan/dez, 1998, p. 56-66.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). J. I. Roquette, *Código do bom-tom*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno atlântico. Demonologia e colonização. Século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VAINFAZ, Ronaldo (org.). Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. In *Confissões da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de todos os santos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Resumos

28

Este trabajo, realizado en el ámbito del Laboratorio de Psicopatología Fundamental del Programa de Estudios de Posgraduación en Psicología Clínica de la Pontificia Universidad Católica de San Pablo – PUC-SP, relata el caso de Pedro, joven políglota que acabó desarrollando, no se sabe desde cuando, una lengua propia terminando por provocar un cierto sufrimiento. Describe a continuación, el procedimiento psicoterapéutico adoptado y algunas implicaciones metapsicológicas que se deducen de ahí. Establece, finalmente, una relación íntima y compleja entre pathos y cultura.

Palabras claves: Esquizofrenia, mestizaje, psicoterapia, psicopatología

Ce travail, réalisé dans le cadre du Laboratoire de Psychopathologie Fondamentale du Programme d'Etudes de Pós-graduation en Psychologie Clinique de la Pontificia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, relate le cas de Pedro, jeune polyglotte qui a développé, sans qu'on sache depuis quand, une langue propre qui produit cependant une certaine souffrance. Ce travail décrit ensuite le procédé psychothérapique adopté ainsi que quelques unes des implications métapsychologiques qui en découlent. Il est établi enfin une relation intime et complexe entre le pathos et la culture.

Mots clés: Schizophrénie, psychotérapie, psychopathologie, métissage

This article was first written for the Laboratory of Fundamental Psychopathology of the Program for Graduate Studies in Clinical Psychology at the Catholic University of São Paulo. It presents the case of Pedro, a young polyglot who at some point in his

ARTIGOS

life had developed his own personal language, a fact which caused him a certain degree of suffering. The psychotherapeutic procedure used is then described and certain resulting metapsychological implications are discussed. Finally, an intimate and complex personal relationship between pathos and culture is established.

Key words: Schizophrenia, miscegenation, psychotherapy, psychopathology